

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais – CAU/MG**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**  
**Em 31 de Dezembro de 2017**

## Sumário

1. Informações gerais .....	3
2. Apresentação das demonstrações contábeis .....	3
3. Políticas Contábeis.....	3
4. Gestão de risco financeiro .....	7
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	8
6. Créditos de curto prazo .....	8
7. Estoques .....	8
8. Imobilizado.....	9
9. Intangível .....	9
10. Fornecedores a pagar .....	9
11. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais .....	9
12. Provisão para riscos processuais.....	10
13. Partes relacionadas .....	10
14. Despesas por natureza .....	10
15. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro .....	10
16. Seguros.....	11
17. Relacionamento com os auditores independentes.....	11
18. Eventos Subsequentes.....	11

## **1. Informações gerais**

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais – CAU MG, foi criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica de direito público, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral, Resolução CAU BR nº 139/2017.

O Conselho está localizada a Av. Getúlio Vargas, 447 – 11º Andar – Bairro Funcionários – Belo Horizonte/MG 30.112-020

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Presidência, Comissão de Finanças e Plenário em 19 de fevereiro de 2018.

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis**

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis.

### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de colaboradores;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências; e
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa.

### **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 08), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de clientes (Nota 06) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 12). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

## **3. Políticas Contábeis**

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

### 3.1 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, para investimentos ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### 3.2 Contas a receber de anuidades

As contas a receber de anuidades são inicialmente reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária referente a previsão de receitas dos profissionais ativos no banco de dados do sistema CAU, administrado e com manutenção pelo CAU/BR, entretanto, os valores são ajustados aos valores efetivamente realizados/arrecadados ao final do encerramento do exercício.

#### 3.2.1 Ajuste para Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa

- a) **Implantação de política contábil em 2017** – Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/MG procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.
- b) **Base de mensuração** – Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores a este, aplicada sobre o valor acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas (disponível nos relatórios gerenciais do SICCAU) relativas aos exercícios de 2014 a 2016.
- c) **Julgamento pela aplicação** – Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/MG, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

#### d) Reflexo patrimonial comparativo

	2017	2016
Créditos de Anuidades	3.891.627,50	2.711.262,52
(-) Perdas de Devedores Duvidosos	(2.873.966,91)	(353.672,14) <sup>1</sup>

Do montante de R\$ 2.873.966,91 do ajuste contábil implantado em 2017, somente o valor de R\$ 1.253.910,22, incidente sobre os créditos de anuidades de 2017, foi registrado como variação patrimonial diminutiva (Desvalorização e Perda de Ativos). O restante de R\$ 1.266.384,55<sup>2</sup> incidentes sobre créditos de anuidades dos exercícios de 2012 a 2016 foi registrado como “Ajustes de Exercício Anteriores” reduzindo diretamente os Resultados Acumulados no Patrimônio Líquido do Conselho, logo não afetando o resultado patrimonial.

### 3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques do CAU/MG ainda carecem de evolução na sua demonstração haja vista o projeto de implementação do módulo SIALM/IMPLANTA, em análise. Entretanto, estuda-se a viabilidade de implantação haja vista a baixa complexidade e pouco volume movimentado.

---

<sup>1</sup> No exercício 2016 foi constituída PCLD apenas para os créditos referentes a anuidades de 2012 inscritos em dívida ativa no valor de R\$ 353.672,14 (não circulante).

<sup>2</sup> Valor já deduzido do saldo da provisão realizada em 2016 (Vide nota 01)

### **3.4 Imobilizado**

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “Impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

<b>TIPO DO BEM</b>	<b>ANOS</b>
Equipamentos de Processamento de Dados	03
Licenças de uso de Software	01
Máquinas e Equipamentos	05
Móveis e Utensílios	05
Sistemas de Processamento de Dados	03
Utensílios de Copa e Cozinha	10
Veículos	05
Instalações	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, quando oportunamente acontecerem, serão apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

### **3.5 Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

### **3.6 Outros ativos e passivos**

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

### **3.7 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

### **3.8 Provisões para riscos cíveis e trabalhistas**

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso

esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 12.

**Implantação de política contábil em 2017** – Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/MG procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observam os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Gerência Jurídica.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante.

#### **Reflexo patrimonial comparativo**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Provisões Judiciais - Riscos Cíveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Provisões Judiciais - Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	3.000,00	0,00
Provisões Judiciais - Riscos Cíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões Judiciais - Trabalhistas a Longo Prazo	5.000,00	0,00
<b>Total</b>	<b>8.000,0</b>	<b>0,00</b>

Do total de R\$ 8.000,00 da variação patrimonial diminutiva decorrente das provisões registradas em 2017, todo o montante refere-se a ações ajuizadas em exercícios anteriores, registradas de forma acumulada, alterando o efetivo resultado patrimonial de 2017, conforme detalhado na nota explicativa 3.12.

### **3.9 Balanço Patrimonial**

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

### **3.10 Balanço Orçamentário**

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

### **3.11 Balanço Financeiro**

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

### 3.12 Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

Resultado Patrimonial Efetivo

Face às implantações de políticas contábeis em 2017, de Provisões para Contingências detalhadas na nota explicativa 3.8, demonstra-se a seguir o Resultado Patrimonial de 2017 efetivo, escoimado dos reflexos das variações patrimoniais diminutivas (VPD) relativas a exercícios anteriores registradas acumuladamente em 2017.

<b>RESULTADO PATRIMONIAL 2017</b>	
Superávit Patrimonial demonstrado	415.624,75
(+) Montante das VPD ref. Provisões p/Contingências Exercícios Anteriores	8.000,00
<b>RESULTADO PATRIMONIAL EFETIVO 2017</b>	
<b>Superávit Patrimonial</b>	<b>423,624,75</b>

### 3.13 Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

## 4. Gestão de risco financeiro

### 4.1 Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da Gerência Administrativo Financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

#### a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 05 e conciliações bancárias, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 06.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

- i) Com relação às aplicações financeiras, os recursos estão completamente aplicados em instituições financeiras de primeira linha e com sólidos resultados, e
- ii) Com relação às contas a receber os valores estão em anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes. Mesmo que este fator não represente o fiel cumprimento das obrigações por parte dos profissionais, mas é entendido como fator de segurança e mitigação de riscos.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

#### **b) Risco de mercado**

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI embora, em 2017, observou-se variações substanciais neste quesito.

#### **c) Risco de liquidez**

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio da Gerência Administrativa Financeira.

A gestão administrativa monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

### **5. Caixa e equivalentes de caixa**

<b>Conta</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Caixa	49.454,54	53.689,79
Cobrança	18.056,94	17.645,21
Aplicações Financeiras	3.942.464,66	3.165.323,05
<b>Total</b>	<b>4.009.976,14</b>	<b>3.236.658,05</b>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de grande porte, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente e regularmente utilizada para o cumprimento de projetos e atividades do exercício.

### **6. Créditos de curto prazo**

<b>Conta</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Contas a Receber de Anuidades	3.891.627,50	2.711.262,52
(-) Perda Estimada Créditos Liquidação Duvidosa	(2.873.966,91)	(353.672,14)
<b>Total</b>	<b>1.017.660,59</b>	<b>2.357.590,38</b>

O CAU/MG registra a provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, mediante análise dos percentuais de inadimplência dos anos anteriores e a corrige anualmente.

### **7. Estoques**

As aquisições de bens de consumo, são contabilizadas diretamente nas Variações Patrimoniais Diminutivas. Existe a perspectiva de se implementar um módulo específico de controle do almoxarifado, no entanto ainda se estuda a viabilidade do projeto haja vista a pouca complexidade e volume das operações.



## 8. Imobilizado

### Bens Móveis - Relação Sintética de Depreciações

Conta	Conta Depreciação Acumulada	Valor Atual	Depreciação Atual	Valor Líquido	
1.2.3.1.1.01 - Móveis e Utensílios	1.2.3.8.1.01.03 - (-) Depreciação Acumulada - Móveis e Utensílios	288.699,47	221.559,21	67.126,76	
1.2.3.1.1.02 - Máquinas e Equipamentos	1.2.3.8.1.01.04 - (-) Depreciação Acumulada - Máquinas e Equipamentos	69.287,13	30.134,82	39.152,31	
1.2.3.1.1.04 - Utensílios de Copa e Cozinha	1.2.3.8.1.01.05 - (-) Depreciação Acumulada - Utensílios de Copa e Cozinha	4.844,00	1.594,02	3.263,48	
1.2.3.1.1.05 - Veículos	1.2.3.8.1.01.06 - (-) Depreciação Acumulada - Veículos	245.500,00	79.787,40	165.712,60	
1.2.3.1.1.06 - Equipamentos de Processamento de Dados	1.2.3.8.1.01.07 - (-) Depreciação Acumulada - Equip. de Processamento de Dados	264.459,65	237.088,32	27.371,33	≠ R\$ 4.532,28
1.2.3.1.1.07 - Sistemas de Processamento de Dados	1.2.4.8.1.01 - Amortização Acumulada - Sistemas de Processamento de Dados	55.112,19	48.272,22	6.839,97	≠ R\$ 5.112,44
<b>Total</b>		<b>927.902,44</b>	<b>618.435,99</b>	<b>309.466,45</b>	

Diferenças referentes a mudança de estimativa contábil resultando em ajuste nos valores de amortização de intangíveis em decorrência de modificação solicitada pela BDO Auditores em 31/12/2016 (Vide lançamento contábil 20459 de 31/12/2016) e também devido a erro do sistema - modulo SISPAT já em correção. Vide detalhamento na planilha de composição.

### Bens Imóveis - Relação Sintética de Depreciações

Conta	Conta Depreciação Acumulada	Valor Atual	Depreciação Atual	Valor Líquido
1.2.3.2.1.05 - Instalações	1.2.3.8.1.01.09 - (-) Depreciação Acumulada - Instalações	2.952,98	123,05	2.829,93
<b>Total</b>		<b>2.952,98</b>	<b>123,05</b>	<b>2.829,93</b>

## 9. Intangível

Está registrada no Ativo Intangível a conta 1.2.3.1.1.07 – Sistemas de Processamento de Dados cujo detalhamento foi relacionado no item anterior. Vide NE 08.

## 10. Fornecedores a pagar

Conta	2017	2016
Fornecedores Diversos (Credores Diversos)	0,00	9.500,27
Restos a Pagar Processados	136.438,33	166.462,97
<b>Total</b>	<b>136.438,33</b>	<b>175.963,24</b>

Vide detalhamento dos Fornecedores em Conciliações Contábeis (2.1.3.1.1.01 – Fornecedores Diversos e 2.1.3.1.1.02 – Restos a Pagar Processados). O aging list dos fornecedores geraria informação pouco representativa haja vista que não há fornecedores com créditos vencidos, somente a vencer.

## 11. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

Conta	2017	2016
Despesas de Pessoal a Pagar	-	-
Provisão para férias e encargos sociais	336.038,61	322.225,85
INSS a recolher	0,00	0,00
FGTS a recolher	0,00	0,00
PIS a recolher	0,00	0,00
	<b>336.038,61</b>	<b>322.225,85</b>

As obrigações relativas ao INSS, FGTS e PIS a recolher, em decorrência do encerramento do exercício, são reclassificadas para a conta de Restos a Pagar Processados.

Passivo circulante	559.707,94	564.278,41
Passivo não circulante	5.000,00	0,00
	<b>564.707,94</b>	<b>564.278,41</b>

## 12. Provisão para riscos processuais

A Entidade é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. A Gerência Jurídica providenciou documento de classificação de risco e estimativa de valores envolvidos que foi utilizado para embasar as provisões constituídas. Vide detalhamento na seção de provisões, anexa a este conjunto de documentos.

## 13. Partes relacionadas

A entidade em 31 de Dezembro de 2017 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

A remuneração dos diretores e dos órgãos colegiados que corresponde a benefícios de curto prazo foi de R\$ 841.812,39 (despesas com conselheiros) no exercício 2017.

No exercício de 2017 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego nem plano de aposentadoria.

## 14. Despesas por natureza

Natureza Despesa	Agrupamento	2017	2016
	PESSOAL	4.238.566,89	4.096.953,78
	MATERIAL DE CONSUMO	58.540,58	50.428,61
	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	946.093,83	665.047,40
CORRENTE	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	854.788,90	914.148,83
	ENCARGOS DIVERSOS	190.201,45	166.422,93
	DESP. EXERCÍCIOS ANTERIORES	64.573,85	24.805,88
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.031.500,86	930.811,00
CAPITAL	INVESTIMENTOS	28.965,79	27.314,39
<b>Total</b>		<b>7.413.232,15</b>	<b>6.875.932,82</b>

Fase: Liquidação

## 15. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2017	2016
Varição Patrimonial Aumentativa (Receitas)	9.186.592,90	9.949.982,01
( - ) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesas)	(8.770.968,15)	(7.432.121,30)
<b>(=) Superávit Patrimonial Apurado</b>	<b>415.624,75</b>	<b>2.517.860,71</b>

Resultado Orçamentário	2017	2016
Receita Orçamentária Arrecadada	8.001.417,59	7.315.524,96
( - ) Despesas Liquidadas	(7.413.232,15)	(6.875.932,82)
<b>(=) Superávit Orçamentário Apurado (Fase Liquidação)</b>	<b>588.185,44</b>	<b>439.592,14</b>

Resultado Financeiro	2017	2016
<b>(=) Superávit Financeiro Apurado</b>	<b>4.009.976,14</b>	<b>3.236.658,05</b>

#### **16. Seguros**

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades.

#### **17. Relacionamento com os auditores independentes**

A Entidade não contratou com auditores independentes outros serviços a não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis efetuado anualmente conforme contrato gerenciado pelo CAU/BR.

#### **18. Eventos Subsequentes**

Se houver eventos subsequentes a 1º de janeiro até data de emissão do relatório de auditoria e, que seja necessária a sua divulgação, conforme CPC 24/IAS 10, deverá ser divulgada a informação, para fins de apresentação.

Reinaldo Antero de Jesus Júnior  
Contador CAU/MG